



DECLARAÇÃO POLÍTICA

Atualidade política regional

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores membros do Governo

Ontem o Grupo Parlamentar do PSD entendeu trazer a esta casa uma declaração política em que procurou, uma vez mais, deslocar o debate político no tempo e no espaço.

No tempo, uma vez que a referida iniciativa foi, no geral, virada para o passado.

No espaço, considerando que, na verdade, procurou focar o debate político no estafado tema da relação entre a Região e o Governo da República.

Ora, sem prejuízo da opção, obviamente, legítima de trazer a debate o que bem entendem em cada momento, o Grupo Parlamentar do PS irá, ao abrigo da mesma figura regimental – a da Declaração Política – abordar temas que, a nosso ver, dizem respeito à atualidade política regional.

Passaram 66 dias sobre as eleições regionais do passado dia 4 de fevereiro e 43 dias sobre a tomada de posse do XIV Governo Regional dos Açores.



De lá para cá, o XIV Governo Regional parece ter herdado do XIII Governo Regional uma certa letargia, tal é a falta de iniciativa política e a ausência de decisões que, na verdade, mereciam outra atenção e uma maior celeridade.

A título de exemplo, atente-se que decorridos 43 dias deste Governo de continuidade, continuam sem ser nomeados os Diretores Regionais.

Mas, desengane-se quem, porventura, pense que a ausência de nomeações dos Diretores Regionais se prende com uma qualquer preocupação do Governo em limitar ou reduzir os cargos de nomeação política, uma vez que para diversas outras funções o Governo já nomeou, entre outros, quase uma centena de assessores, adjuntos e técnicos superiores especialistas.

Aliás, não é só a ausência de qualquer pressa em nomear os diretores regionais que, estranhamente, marca estes primeiros meses da governação.

É também merecedor de reparo político por parte deste Parlamento a situação que ainda hoje se vive no Instituto Regional do Ordenamento Agrário.

É que convém recordar que, na sequência da sua constituição como arguido no processo judicial Nortada, o Presidente da IROA apresentou a sua demissão no dia 5 de janeiro – portanto há já 96 dias – e, apesar disso, o senhor Presidente do Governo ainda não



entendeu fazer o que se impõe: a nomeação de um novo Conselho de Administração por forma a, por um lado, libertar o Presidente demissionário do pesado encargo de se manter em funções e, por outro, devolver a normalidade gestonária àquela Sociedade Anónima.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Não se pense que a atualidade política se limita, neste particular, à inusitada lentidão do Governo em fazer o que se impõe e que corresponde, na verdade, a uma das suas atribuições mais básicas no âmbito da gestão da Administração Pública.

Há mais factos que, a nosso ver, merecem não só atenção como o devido esclarecimento ao Parlamento dos Açores.

É que embora haja quem, na bancada do Governo e nas bancadas da coligação, pareça querer inverter a lógica de funcionamento dos órgãos de Governo próprio da Autonomia Regional e julgue que é o Parlamento que responde politicamente ao Governo, é ao Governo que aqui, na casa que representa todos os Açorianos, compete prestar esclarecimentos e responder politicamente sobre a sua ação e/ou inação.

Já todos percebemos, dentro e fora deste parlamento, a fórmula que quer o Governo quer os partidos da coligação utilizam no debate político para responder a todo e qualquer problema ou crítica:



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

Se está mal, a responsabilidade ou é dos Governos anteriores do PS ou o mal veio de fora, dos Governos da República do PS.

Mas, o problema é que este argumento não resiste ao teste do algodão se nos ativermos – como devemos – ao escrutínio da ação concreta do Governo, em diferentes áreas e que se refletem nos indicadores que, entretanto, vão sendo conhecidos.

Senão vejamos,

Os dados do INE e do Serviço Regional de Estatística sobre o Procedimento dos Défices Excessivos de 2023 veio de forma cristalina confirmar o que diferentes partidos políticos já haviam alertado nesta casa:

- O compromisso do endividamento zero, assumido pelo Governo, resultou, isso sim, no valor recorde da dívida bruta (superior a 3.200 milhões de euros) registado no final de 2023, o que não só representa um aumento de 140 milhões de euros face ao ano anterior como, inclusivamente, resulta no incumprimento do que havia sido aprovado pelo Parlamento dos Açores.

Noutra temática, no domínio das acessibilidades, basta falar com os operadores do setor turístico para se perceber a enorme apreensão com que encaram a próxima época baixa sem que, até ao momento, se conheça uma estratégia articulada – ou sequer um diálogo construtivo e cooperante - com o setor para fazer face, por exemplo, ao tremendo impacto que, na verdade, a diminuição da operação da RyanAir tem na nossa Região.



**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Esta semana é como corolário de um processo que nasceu torto e parece já não ter remédio, ainda ficámos todos a saber que a Presidente do Conselho de Administração da SATA está de saída.

Uma decisão anunciada, escassos dias depois do Presidente do Júri do Concurso Público da privatização da Azores Airlines, Professor Augusto Mateus, ter admitido reservas quanto à capacidade do único consórcio admitido em assegurar a viabilidade da companhia tendo, adicionalmente, recomendado a recolha de mais informação sobre a idoneidade e a capacidade operacional do consórcio.

Também nesta temática, e face à incerteza relativamente ao futuro, sobejam as desculpas e as palavras de circunstância e escasseiam os esclarecimentos e as soluções concretas para o presente e para o futuro.

Noutra dimensão da vida coletiva regional, ao longo das últimas semanas, e no âmbito das diversas iniciativas e diligências que o GPPS tem vindo a realizar, são vários os setores de atividade económica que nos têm vindo a alertar para o problema crescente da falta de mão de obra disponível na nossa Região.

Um pouco por todo o lado, temos ouvido relatos de que a situação é cada vez mais preocupante e queixas de que o Governo faz



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

ouvidos de mercador à situação que se vive em diferentes setores o que, a prazo, pode, inclusivamente, constituir uma ameaça à coesão social.

Outro exemplo dessas queixas e da total ausência do Governo na solução é a questão da greve na Atlanticoline.

Ainda ontem, ficamos a saber que o Presidente do Governo Regional entende que deve ser a Atlanticoline a resolver o diferendo laboral. Não se entende esta dualidade de critérios.

Relembramos, que em março de 2022, há precisamente dois anos, o Presidente do Governo fez saber que ajudou a resolver a greve na Atlanticoline e o Grupo Parlamentar do PSD/Açores até emitiu um comunicado, saudando a sua intervenção como “ação decisiva”.

O que impede (agora) o mesmo responsável de repetir o feito e ajudar a resolver os enormes constrangimentos, que esta greve tem causado às pessoas?

Por fim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Resta lembrar que os resultados das últimas eleições regionais foram muito claros quanto à missão que incumbe a cada uma das forças políticas que as disputaram.



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

Ao PS cabe a missão de fazer oposição e de se constituir como uma alternativa ao atual Governo.

Ao Governo cabe a tarefa de governar e de cumprir os compromissos que assumiu com o Povo Açoriano durante a campanha eleitoral.

Convém, no entanto, que o Governo não se deixe deslumbrar com o resultado eleitoral que alcançou.

Até porque é bom que tenha presente que embora tenha ficado em primeiro lugar, a coligação obteve muito menos votos do que o conjunto das restantes forças políticas representadas neste Parlamento.

Em síntese, o governo que governe, que resolva os problemas dos Açorianos e se deixe de desculpar com o passado, com os anteriores governos do PS, com as restantes forças políticas da oposição ou, até mesmo, com o contexto económico, político e social, porque, na realidade, o que os cidadãos esperam de um Governo é que seja parte da solução e não do problema.

Disse.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024

O Deputado Regional: André Franqueira Rodrigues